

Diagnóstico Rápido Participativo
do Abuso e Exploração

SEXUAL

BODOCÓ

de Crianças e Adolescentes
nos municípios do Polo Gesseiro
da Região do Araripe/PE

Diagnóstico Rápido Participativo
do Abuso e Exploração

SEXUAL

BODOCÓ

de Crianças e Adolescentes
nos municípios do Polo Gesseiro
da Região do Araripe/PE



Coleção: Conhecendo
a realidade para
mudar vidas, V. 2

Recife, 2020

©2020, Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec)

Todos os direitos reservados. Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida ou utilizada para fins educacionais desde que seja mencionada a fonte.

Coleção: Conhecendo a realidade para mudar vidas

Araripina, v.1;
Bodocó, v.2;
Ipubi, v.3;
Ouricuri, v.4;
Trindade v. 5

FICHA TÉCNICA

Realização

Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social

Coordenação Editorial

José Ricardo de Oliveira

Organização e Pesquisa

Nara Menezes

Assistente de Pesquisa

Adriana França

Revisão Técnica

José Ricardo de Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação

Via Design

Revisão de Texto

Lidiane Santos

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Adriana dos Santos Oliveira
Angélica Alves da Silva
Maria Aldenice da Silva Souza Santos
Maria de Fátima Ribeiro Soares
Michele Rodrigues da Silva

PESQUISA DE CAMPO

Araripina – Maria Narylla de Sousa
Bodocó – Cristiana Gomes de Freitas
Ipubi – Navenna Coelho Pereira
Ouricuri – Dilamara Carvalho de Medeiros
Trindade – Maria Aldenice Mendes Feitosa

Apoio

KNH

Parceria

Pão para o Mundo
OAK Foundation

Uma publicação do Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec)

Rua Galvão Raposo, 295 Madalena Recife – PE CEP 50 610 330

Fone: 55 81 3227 7122/ 3227 7662

e-mail: cendhec@cendhec.org.br

www.cendhec.org.br

@cendhec



SU MA RIO

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **12**

Gráfico 2

Denúncias ao Disque 100 **13**

Gráfico 3

Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **14**

Gráfico 4

Denúncias de Violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco, por tipo **15**

Gráfico 5

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/CREAS em Pernambuco, por tipo **16**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Registros de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco **14**

Tabela 2

Violência sexual em Pernambuco por Natureza **15**

Tabela 3

População 2010 (total, por gênero, rural/urbana, raça/cor e faixa etária) e estimativa populacional (2019) **20**

Tabela 4

Indicadores educacionais **20**

Tabela 5

População e vulnerabilidade social – famílias em situação de pobreza no município **22**

Tabela 6

Dados secundários – pesquisa de campo – Perfil dos Entrevistados **23**

Introdução 09

Contexto nacional – Contexto Econômico e Social e Violência Sexual 09

Dados oficiais 12

Contexto local – Violência Sexual em Pernambuco 13

Contexto dos Municípios abrangidos pelo Projeto 16

O Polo Gesseiro em Pernambuco 17

Municípios – Contexto local, Situação da Violência sexual, Dados secundários e resultados da pesquisa de campo 18

Bodocó 19

Aspectos Gerais 19

Atividades econômicas 19

População 20

Educação 20

Renda, ocupação e vulnerabilidade social 22

Bodocó - Violência Sexual 22

Dados resultantes da aplicação dos questionários nos órgãos e Instituições do Sistema de Garantia de Direito do município 23

Perfil dos entrevistados 23

Sobre a Violência Sexual e suas características no município 23

Atuação em rede 25

Formação 25

Conclusões sobre os achados do trabalho de campo em Bodocó 25

O que dizem crianças, adolescentes e famílias - Resultado das escutas nos municípios 26

Considerações gerais sobre a escuta com Crianças 26

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros com as crianças) 27

Considerações gerais sobre as escutas com adolescentes 31

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação do/as adolescentes) 32

Violência sexual na perspectiva do/as adolescentes 33

Opiniões dos adolescentes sobre as soluções para a violência sexual 34

Escutas com Famílias 35

Considerações gerais sobre as escutas com famílias 35

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação das famílias) 36

Violência sexual na perspectiva das famílias 36

Conclusões 37

Recomendações para Bodocó 39

Referências Bibliográficas 39

INTRODUÇÃO

A

violência sexual é um fenômeno que afeta, diariamente, crianças, adolescentes e jovens em todo o mundo. Estimativas globais indicam que, aproximadamente, uma em cada três mulheres (35%) sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida¹.

Segundo a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), entre os fatores de risco para violência sexual estão:

- » Baixos níveis de educação (autores da violência sexual e vítimas da violência sexual);
- » Exposição ao maltrato infantil (autores e vítimas);
- » Experiência de violência familiar (autores e vítimas);
- » Uso nocivo do álcool (autores e vítimas);
- » Atitudes de aceitação da violência (autores e vítimas);
- » Desigualdade de gênero.

E, entre os fatores associados, especificamente, à violência sexual, se destacam ideologias que consagram os privilégios sexuais do homem e sanções legais fracas contra os atos de violência sexual.

No Brasil, o fenômeno se perpetua com níveis alarmantes, onde a maioria das vítimas é do sexo feminino. Seguindo a tendência internacional da violência sexual, a primeira experiência sexual para mulheres que, muitas vezes, aconteceu na infância, foi forçada.

Em Pernambuco, a realidade encontrada nos principais sistemas de registro já é reveladora de uma situação crítica, apesar da enorme subnotificação. Todos os fatores de risco, apontados acima, fazem parte da realidade dos municípios pesquisados. Na grande maioria deles, há baixa escolaridade, violência doméstica e de gênero - incluindo padrões aceitos pela sociedade local e a disseminação de rotas de comércio por conta dos avanços em investimentos econômicos que incluem rotas da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

O relato dos participantes da devolutiva do diagnóstico (validação) coincide nos municípios. Quanto à exploração sexual, afirmam que ocorre nas feiras livres e festas em chácaras, casas de famílias/residências (locais muito difíceis de serem acessados, por serem privados) e que ganham a roupagem de festas familiares. Também nos bares existem uma verdadeira rede de exploração sexual. Normalmente, ficam próximos a postos de combustíveis. Não há dados concretos sobre a incidência deste tipo de crime por parte de caminhoneiros e visitantes, mas estes são usuários frequentes dos postos e dos bares².

Apesar da realidade carente de diagnósticos mais precisos sobre pontos de exploração, números em relação ao abuso e exploração sexual, incidência, prevalência, entre outros aspectos, procuramos mostrar o perfil dos municípios e cruzá-los com os dados existentes sobre a violência sexual nestas localidades.

1. OPAS – Organização Panamericana da Saúde. Folha Informativa sobre Violência contra Mulheres. 2017.

2. Dados do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras (Mapear), de 2018, apontaram a existência de 2.487 pontos, 45 estão em Pernambuco. Os locais mais vulneráveis são postos de combustíveis, bares, casas de show, pontos de alimentação e de hospedagem.

Aqui, apresentamos os resultados da pesquisa de campo do diagnóstico rápido participativo no polo gesseiro aplicado pela equipe do Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec), que buscou compreender o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto de cada localidade e as respostas locais à problemática, assim como os posicionamentos dos atores que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com o enfrentamento do problema. Levantamos as possíveis análises dos resultados até aqui encontrados.

A pesquisa de campo traz informações importantes a partir do relato de famílias e crianças que só confirmam as tendências nacionais do fenômeno da violência sexual. Procuramos registrar as recomendações das crianças e adolescentes, além de ressaltar a escassez de espaços onde elas possam expressar suas opiniões e ser parte da solução do problema, bem como acessar melhores oportunidades de se desenvolver saudavelmente. Por fim, recomendações que se somam àquelas feitas na devolutiva nos municípios, contempladas a partir do diálogo com serviços do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) local, sociedade e representantes do governo.

**Contexto nacional
– Contexto
Econômico e
Social e Violência
Sexual**

É importante conhecer a realidade nacional em relação ao contexto socioeconômico para entender parte do problema da violência sexual. Por meio dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível entender como se manifestam as diferenças nos rendimentos dos brasileiros.

Na média, quem está no topo da pirâmide social recebe mais de 36 vezes do que aquela pessoa que está na parte de baixo, na base. Os números ainda mostram que os 10% com maior renda ficam com 43% de todos os rendimentos do trabalho do país.

Olhando com mais detalhes para os extremos da renda do trabalho no Brasil, a diferença fica ainda maior. O 1% com maior rendimento mensal ganha, em média, 180 vezes o que ganha uma pessoa que está na parcela dos 5% com menor renda.

Se formos analisar as questões de raça e gênero, em relação à primeira, as pessoas brancas recebem, em média, entre 70% e 80% mais que pessoas pretas ou pardas em um mês. Em relação à desigualdade de renda entre homens e mulheres, esta aumentou em 2019 em relação ao ano anterior. Houve queda dessa diferença em 2018, mas em 2019 voltou a aumentar, e os homens receberam, em média, 28,7% a mais que as mulheres naquele ano.

Em relação à disparidade regional, Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram rendimentos médios mensais numa média de R\$ 2.500, o que significou

cerca de R\$ 900 a mais do que a renda média no Norte e quase R\$ 1.000 a mais do que a renda média no Nordeste.

Em 2019, o grupo de pessoas em pobreza extrema no Brasil, ou seja, que vivem com menos de 1,9 dólar por dia, aumentou em 170 mil. O ano terminou com 13,8 milhões de pessoas ou 6,7% da população do país. É o quinto ano seguido no qual cresce o número de brasileiros que se encontram em situação de miséria. Vale ressaltar que quase metade dos brasileiros (47%), que se encontravam abaixo da linha da pobreza, no ano passado, estavam no Nordeste.

Estas informações são importantes porque mostram que existe uma estrutura de renda muito concentrada numa parcela pequena da população, o que é um problema grave e estruturante. Essa desigualdade na concentração de renda promove uma série de problemas, perpetua a cultura escravocrata no nosso país, contribui para a desigualdade social e econômica entre homens e mulheres e gera também altos níveis de violência.

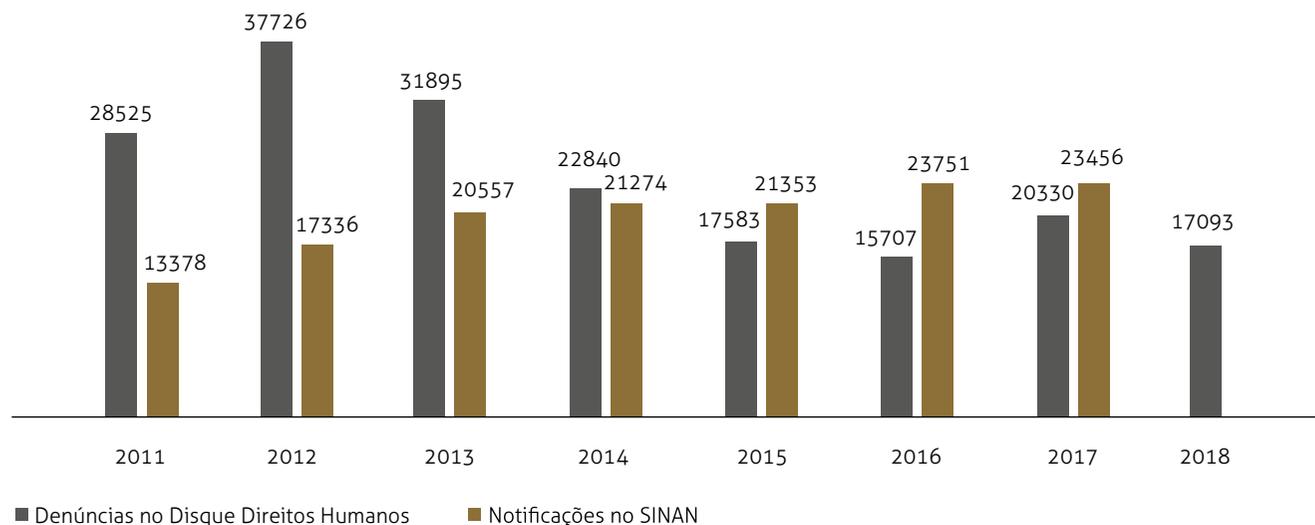
A realidade da pobreza e as condições econômicas, vinculadas não só à distribuição desigual interna da riqueza, mas também às relações de poder entrelaçadas com a cultura violenta e patriarcal interferem diretamente na reprodução do ciclo da violência, favorecendo a ida às ruas e a trajetória da exploração sexual.

O abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes estão intimamente ligados às relações econômicas, de gênero, de raça e de cultura que estruturam uma comunidade ou sociedade. As diversas formas deste tipo de violência se manifestam em danos, às vezes permanentes à integridade física, moral, psíquica e em obstáculos às condições ideais para um desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Dados oficiais³

Entre 2011 e 2018, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) contabilizou, em média, quase **24 mil denúncias por ano** de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. As **notificações** de violência sexual contra crianças e adolescentes no sistema de saúde foram próximas a **20 mil por ano**⁴.

Gráfico 1: Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



3. Fonte: Ideário Consultoria e The Lucy Faithfull Foundation. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Recife e Pernambuco - Relatório 2020. Recife, maio de 2020. Disponível em: <https://ecsa.lucyfaithfull.org/eradicating-child-sexual-abuse-recife-and-pernambuco>

4. Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net.

Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Ministério da Saúde /SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net.
* Dados do SINAN nacional só estão disponíveis até 2017.

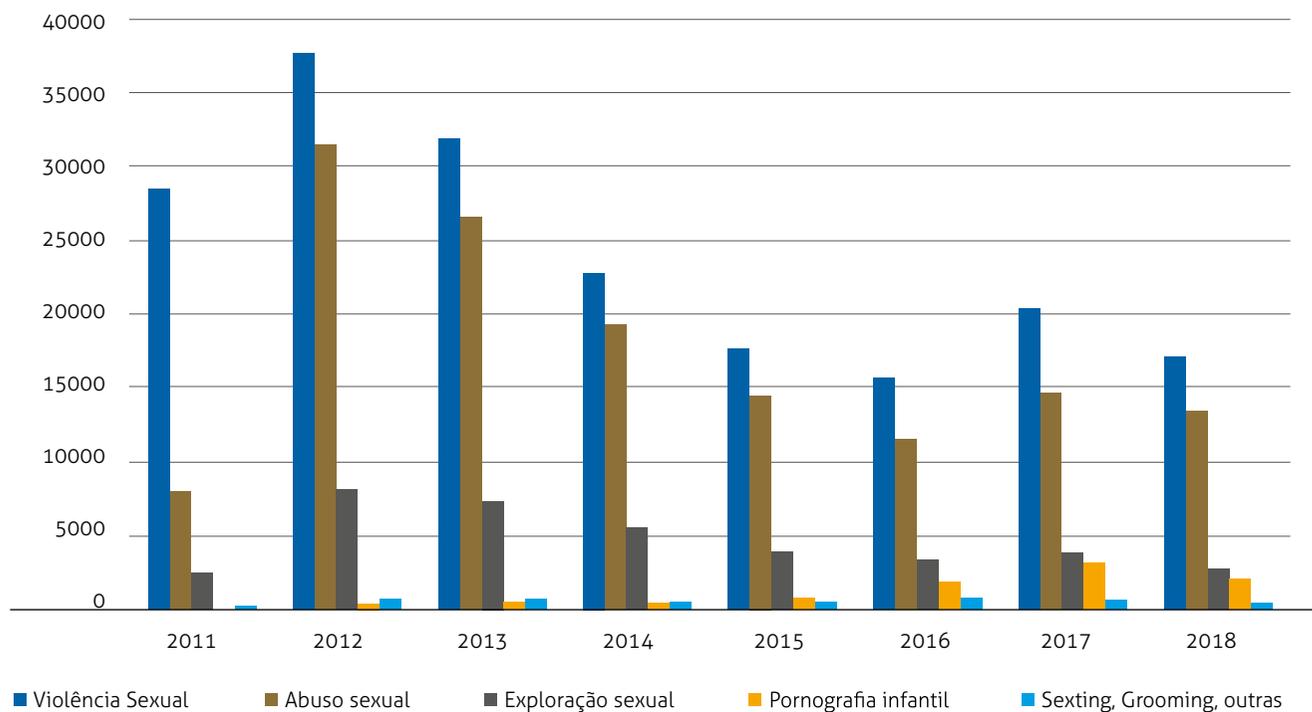
No sistema de notificação Disque Direitos Humanos (Disque 100), mais de 70% dos casos é classificado como abuso sexual ou estupro. A exploração sexual responde por 20% das denúncias de violência sexual. É importante dizer que, neste caso, apenas 3,3% dos atendimentos de violência sexual no sistema de saúde notificam como tal.

Estima-se que ocorrem de 300 a 500 mil casos de estupro por ano no Brasil. Cerca de 68% das vítimas são crianças e adolescentes. O estupro é considerado

um dos crimes menos notificados no país. Em torno de 50 mil casos são denunciados, todos os anos, aos órgãos de segurança pública no Brasil, mas estima-se que isso represente menos de 10% do total⁵.

Menos ainda são as ocorrências que chegam ao sistema de saúde – cerca da metade dos números das denúncias. De acordo com essas notificações, entre 2011 e 2017, mais de 80% dos estupros de crianças e adolescentes ocorreram até os 14 anos de idade, com grande concentração entre 05 e 14 anos⁶.

Gráfico 2: Denúncias ao Disque 100



Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100). Período: 2011 a 2018.

5. Fonte: Ipea e FBSP. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

6. Fonte: SINAN – Sistema de Notificações de Agravos e Notificação. 2017. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violebr.def>

Contexto local: Violência Sexual em Pernambuco

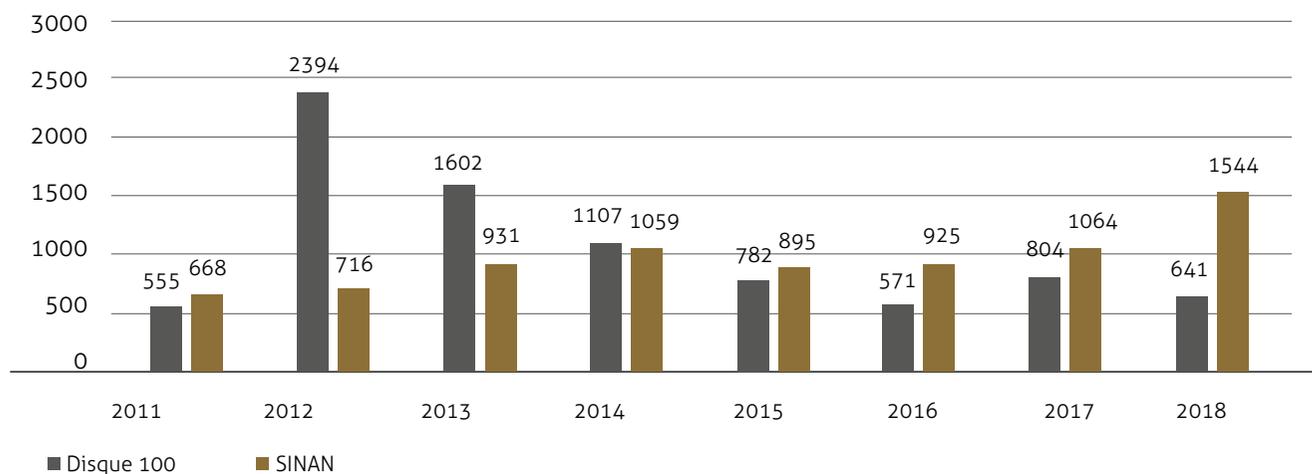
Os índices de violência sexual no estado de Pernambuco são altos. São cerca de 10.000 casos denunciados por ano⁷. Além disso, há carência de uma infraestrutura adequada de atenção, prevenção e atendimento em muitos municípios. Nos lugares em que existem uma melhor rede de atendimento, muitas vezes, esta não funciona de maneira integral e interligada. Este fato torna a região um ambiente vulnerável e propício para a prática de crimes sexuais, uma vez que o problema exige soluções multissetoriais.

A delegacia especializada por exemplo, a Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), apesar de muitos esforços e de um bom trabalho feito na repressão dos crimes, não possui a estrutura necessária para atender todo o estado de Pernambuco, pois está presente apenas

nas cidades do Recife, Jaboatão dos Guararapes e Paulista. Nos demais municípios pernambucanos, pode-se dizer que os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes são subnotificados em razão de vários fatores, entre eles, poucos serviços especializados na área de Segurança Pública e do Sistema de Justiça.

Entre 2011 e 2018, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) contabilizou, em média, **1.057 denúncias por ano** de violência sexual contra crianças e adolescentes no estado de Pernambuco. As **notificações** de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em Pernambuco, foram em média **975 por ano**, sendo mais da metade (52,3%) das ocorrências na Região Metropolitana do Recife (RMR) e quase um quarto (23,9%) em Recife.

Gráfico 3: Registros de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes



Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100) e Ministério da Saúde /SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN Net.

7. Dados do relatório Violência Sexual de crianças e Adolescentes em Recife e Pernambuco. Ideário Consultoria e LucyFaithfull Foudantion. 2020.

Nos sistemas da Secretaria de Defesa Social e Secretaria Executiva de Assistência Social, os dados são mais volumosos entre 2016 e 2018, conforme mostra a tabela abaixo. Os registros policiais são de, em média, **1.810 vítimas por ano**. Nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, cerca de **1.281 crianças e adolescentes vítimas** de violência sexual foram atendidas por ano, sendo apenas 23,5% na RMR.

Pelo Disque Direitos Humanos, no período analisado (2011 a 2018), a violência sexual segue a tendência do país e 70% dos casos são registrados como abuso sexual no Disque 100 ou como estupro no SINAN. Da mesma forma, a exploração sexual responde por 21% das denúncias de violência sexual, mas pouco

é notificada no sistema de saúde, correspondendo apenas 2,6% das notificações deste tipo de violência registradas no SINAN em Pernambuco, no mesmo período. As denúncias de sexting e grooming são, ainda, em número bem menor (0,6%).

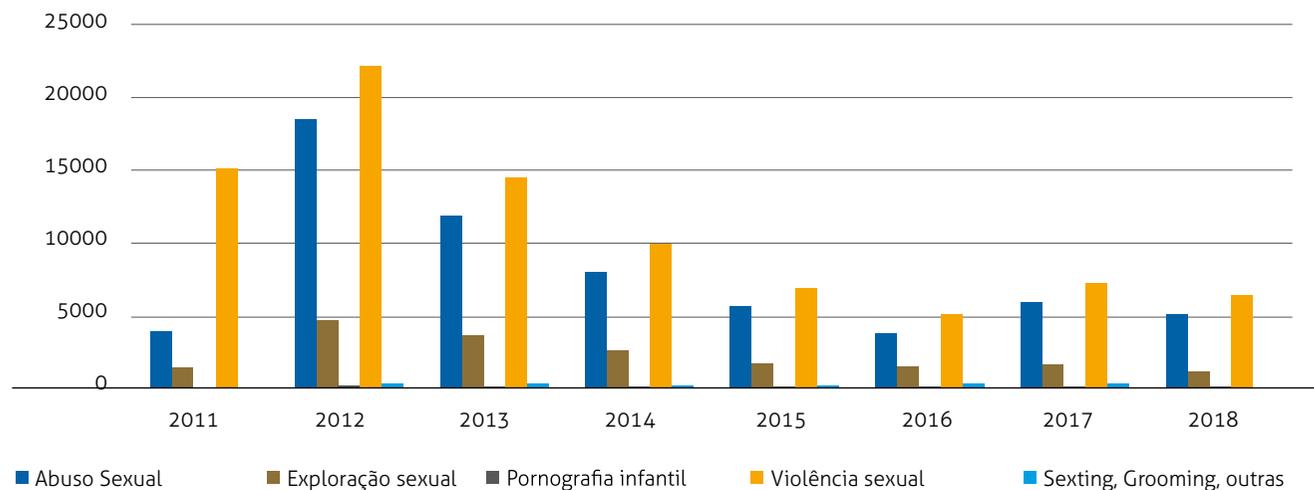
Na base de dados criminais do Estado, cerca de 90% dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes são tipificados como estupro, sendo mais de 70% com vítimas menores de 14 anos (estupro de vulnerável). Podemos perceber bem a subnotificação da exploração sexual de crianças e adolescentes que aparece em 0,4% dos casos - um percentual ainda menor do que no Disque 100. Registra-se ainda um percentual pequeno de crimes categorizados como importunação sexual.

Tabela 1: Registros de violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco

Ano	2016	2017	2018
Vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes	1744	1704	1981
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/CREAS	1073	1409	1361
Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação	925	1064	1544
Denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes ao Disque 100	571	804	641

Fonte: Governo de Pernambuco/Secretaria de Defesa Social - SDS/GACE/Sistema INFOPOL. Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS/GEPMC. Sinan/SEVS/SES-PE. Disque Direitos Humanos. Período: 2016 a 2018.

Gráfico 4: Denúncias de Violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco, por tipo.



Fonte: Disque Direitos Humanos (Disque 100). Período: 2011 a 2018.

* Dados de tipos de violência parcialmente disponíveis para 2011.

* Números de denúncias de exploração sexual incluem as denúncias de "exploração sexual no turismo".

Tabela 2: Violência sexual em Pernambuco por Natureza

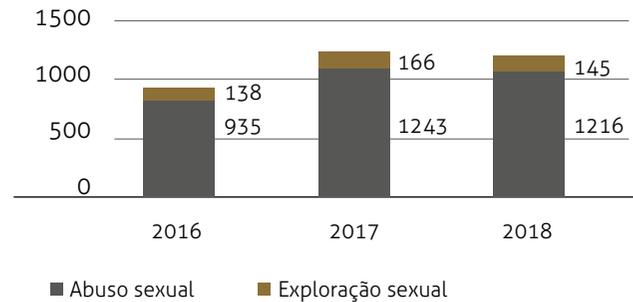
Natureza	Pernambuco
Estupro de vulnerável	59,1%
Estupro de vulnerável por violência doméstica/familiar	16,2%
Estupro	12,5%
Outros crimes contra a dignidade sexual	9,8%
Estupro por violência doméstica/familiar	1,7%
Prostituição/Exploração sexual de vulnerável	0,4%
Importunação sexual	0,4%

Fonte: Governo de Pernambuco/Secretaria de Defesa Social - SDS/GACE/Sistema INFOPOL

Período: janeiro de 2016 a março de 2019.

Nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) registra-se, em média, 88% de crianças e adolescentes atendidas vítimas de abuso sexual, sendo as demais vítimas de exploração sexual.

Gráfico 5: Crianças ou adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual que ingressaram no PAEFI/ CREAS em Pernambuco, por tipo.



Fonte: Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS/GEPMC. Período: 2016 a 2018.

Segundo os dados dos sistemas de notificação criminal, sabe-se que o agressor é um conhecido para crianças e um desconhecido para quase metade de adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos. Isso só reforça a hipótese sobre a grande vulnerabilidade que estão expostos – nos sistemas a maior parte da notificação do local de ocorrência é dentro de casa, mas sabe-se da imensa subnotificação que encobre práticas de exploração, crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes fora de casa.

Contexto dos Municípios abrangidos pelo Projeto

Os municípios abrangidos pelo projeto **Conhecendo a Realidade Para Mudar Vidas**, “*Diagnóstico Rápido Participativo do Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nos municípios do Polo Gesseiro da Região do Araripe – PE*” fazem parte da Microrregião de Araripina, formada por dez municípios. Nesta região não podemos deixar de destacar a produção de gesso, que compreende os municípios de Araripina (maior cidade da região do Araripe), Ipubi, Trindade, Bodocó e Ouricuri.

Neste polo, é produzido 95% do gesso consumido em todo o Brasil. Apesar de não contar com dados sistematizados que evidenciem a influência dessa cadeia produtiva na problemática da exploração sexual, trataremos brevemente deste contexto, por meio das características ambientais, econômicas e sociais, para então entendermos possíveis influências em problemas sociais que afetam a vida de milhares de crianças na região, dentre eles o abuso e a exploração sexual.

Com o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) constata-se que os aspectos estruturais (socioeconômicos) e culturais, que contribuem

para configurar a face da violência sexual, são semelhantes em todos os municípios. Os dados primários reforçam o que as pesquisas e os levantamentos já dizem há muito tempo. No Nordeste, o Sertão é um rincão persistente nos problemas estruturais devido às estruturas ali fincadas do latifúndio, escravagismo, sistema unicamente exploratório das riquezas e da população, sem nenhum retorno aparente para a comunidade. Um modelo que permanece dessa forma até hoje.

O Polo Gesseiro em Pernambuco

O Território da Cidadania Sertão do Araripe - Pernambuco está localizado na região Nordeste e é composto por 10 municípios: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.⁸ Juntos, eles correspondem a 18% da área total do estado e é nessa região que fica o Arranjo Produtivo Local (APL) do gesso⁹, denominado de polo gesseiro do Araripe.

A Região de Desenvolvimento do Sertão do Araripe tem uma população de 331.762 mil habitantes e 21.255 trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. O Produto Interno Bruto (PIB) da Região é da ordem de R\$ 2,66 bilhões, cerca de 1,6% do PIB de Pernambuco, com uma composição de 4,7% para a Agropecuária, 10,13% para a Indústria e 79% para Serviços. As principais cadeias produtivas da região são a Bovinocultura, Ovinocaprino cultura, Apicultura, Mandiocultura e a Indústria Extrativa do Gesso.

Em 2018, as ocupações que mais empregaram foram de gesseiro e de servente de obras. Por sua vez, a atividade econômica que mais empregou foi a de comércio varejista de materiais de construção¹⁰.

Com reservas estimadas em 1,2 bilhão de toneladas (5º volume do mundo), a região é responsável por aproximadamente 95% da produção nacional de

8. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal.

9. APL – Arranjo Produtivo Local.

10. <http://www.sdec.pe.gov.br/blog/24-mapa-do-site/163-sertao-do-araripe>. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. PE. 2019.

gesso. Existem 40 minas de gipsita instaladas no local. Essa atividade produtiva também conta com cerca de 180 empresas calcinadoras, responsáveis pelo processo de transformação da gipsita em gesso. A extração e o processamento da gipsita são as atividades econômicas mais relevantes do Sertão do Araripe, responsáveis pelo movimento de mais de 70 milhões de reais.

Do outro lado desta economia está uma história de desenvolvimento concentrado, que beneficia uma minoria e já reduziu 80% da vegetação da Caatinga para ser queimada nos fornos das calcinadoras. Os processos de queima causam grandes perdas ambientais e econômicas. Anualmente, o polo gesseiro consome 652 mil metros cúbicos de madeira para queimar em fornos¹¹.

Além disso, também existe o êxodo rural, a poluição atmosférica, a destruição de solos e comunidades de agricultores familiares, assim como uma parcela de contribuição na exploração sexual infantil.

Em toda a região, circula uma grande quantidade de caminhoneiros, negociantes, responsáveis pelo transporte do gesso, representantes comerciais, entre outros visitantes. Pessoas, normalmente de fora, que fazem girar a economia e provocam mudanças na vida desses municípios. Estas pessoas, na grande maioria homens, trazem mudanças positivas, mas, muitas vezes, colaboram no aprofundamento dos problemas – dentre eles a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Não há dados nem indicadores que meçam o impacto direto causado por este fluxo, tampouco o grau de diminuição dos problemas de acordo com a possível diminuição de caminhoneiros ou visitantes circulando na região. Apesar da realidade ter mudado e, segundo depoimentos, o fluxo diminuído, os casos de violência sexual continuam.

A partir das informações colhidas no trabalho de campo, foi possível constatar que a composição do pano de fundo que sustenta a exploração e o abuso sexual de crianças, há muitos anos, é uma mescla de pobreza estrutural, cultura patriarcal, violência de gênero e padrões culturais que ratificam privilégios para os homens, justificando, inclusive, a violência; falta de investimento em desenvolvimento sustentável com distribuição equitativa de lucro, escassez de serviços especializados e fragmentação no atendimento – *déficit* que fortalece a atuação de agressores e que não os responsabiliza pelos crimes cometidos; e, muitas vezes, revitimizam as principais vítimas, as crianças.

11. Relatório do Simpósio Polo Gesseiro do Araripe – Potencialidades, Problemas e Soluções. Organização: Academia Pernambucana de Ciência Agronômica (APCA), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sindicato e Associação da Indústria do Gesso do Estado de Pernambuco (SINDUGESSO e ASSOGESSO), Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), entre outros. 2014

**Municípios – contexto
local, situação da
violência sexual, dados
secundários e resultados
da pesquisa de campo**

Mostraremos a sistematização dos dados coletados em fontes oficiais - muitos não contam com atualizações disponíveis, portanto alguns dados têm como base o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), que se baseia no Censo de 2010. Os indicadores são de população, educação, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010; Dados de População Estimada do IBGE 2019, além de dados mais atuais da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco. Contamos também com informações sobre violência sexual da Secretaria de Defesa Social, Sistema Infopol de Pernambuco. Os dados levantados em campo apoiam e reificam o conjunto de elementos levantados na pesquisa e nos levam a uma melhor compreensão da lógica da violência sexual contra crianças e adolescentes nestas áreas geográficas, e como fatores sociais, econômicos e culturais se articulam de modo a

tornar crianças e adolescentes mais vulneráveis ao abuso e à exploração sexual.

É importante também considerar os relatos das famílias (mães principalmente) e, em especial, adolescentes de todos os municípios, que de maneira diferente estão pedindo socorro. O diagnóstico e principalmente a escuta, realizada com eles, apontam para a necessidade de uma articulação que vá além das equipes profissionais locais e envolvam soluções multissetoriais, de forma a dar conta do fenômeno da exploração sexual. Os dados levantados nos questionários aplicados com as equipes dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) local mostram a falta de articulação entre eles. Se internamente não há diagnóstico local, fluxograma de atendimento, as ações continuarão fragmentadas e pouco se poderá fazer para encontrar caminhos estratégicos para minimizar ou solucionar o problema.

12. Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bodoco_pe



Bodocó¹²

Área: 1560,55 km²

IDHM 2010: 0,565

Faixa do IDHM: Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)

População (Censo 2010): 35.158 habitantes

População Estimada: 38.146 habitantes (2019)

Ano de instalação: 1924

Microrregião: Araripina

Mesorregião: Sertão Pernambucano

Existem três versões possíveis para a origem do nome Bodocó. A primeira delas faz referência a uma planta aquática de mesmo nome, que existe em abundância na região. Outra vertente afirma que é devido à tribo indígena Bodorocó, cuja existência carece de registros. Finalmente, o topônimo teria sido atribuído ao local por causa do riacho Bodocó, um afluente do rio Brígida.

Aspectos Gerais

Atividades econômicas

No município de Bodocó, além da produção de gesso, destaca-se a bacia leiteira, que registra grande influência nas atividades do comércio, que vai desde a produção do leite à fabricação de derivados (queijos e doces), ao mesmo tempo em que apresenta incremento significativo na agropecuária.

População

Em 2010, segundo o Censo, viviam **35.158** pessoas no município. A população estimada, em 2019, foi de **37.909** habitantes.

Tabela 3: População 2010 (total, por gênero, rural/urbana, raça/cor e faixa etária) e estimativa populacional (2019).

Bodocó – PE				
População	População (2010)	% do Total (2010)		
Total	35.158	100,00		
Masculina	17.621	50,12		
Feminina	17.537	49,88		
Urbana	12.824	36,48		
Rural	22.334	63,52		
População quanto à raça / cor (CENSO, 2010)				
Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
23%	4%	72%	1%	0%
População quanto à Faixa Etária (CENSO, 2010)				
0 a 9 anos	10 a 17 anos	18 a 29 anos	30a 59 anos	60 ou mais anos
20%	18%	22%	30%	10%
População segundo o sexo estimativa (IBGE/ PNAD Continua /2019)				
Masculino		Feminino		
49%		51%		

Fonte: IBGE (Censo, 2010)¹³

13. IBGE (Censo, 2010).

14. IBGE (Censo Escolar 2019) – Incluindo todos os anos do ensino fundamental (rede pública), no ensino regular, EJA e educação especial.

15. IBGE (Censo Escolar 2019) – Incluindo todos os anos do ensino médio (rede pública), no ensino regular, educação profissional, EJA e educação especial.

16. QEdu – www.qedu.org.br site especializado. O cálculo é feito com base nos resultados da Prova Brasil 2017, calculando a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar.

17. Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/3548-bodoco/aprendizado>. Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual se pode considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. No QEdu, considera-se que alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado.

18. Fonte: Mapas de distorção idade-série: Inep, 2017, organizado por QEdu, 2017, disponíveis a partir de <https://www.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?depende=0&localization=0&stageId=em&year=2018>

Educação

Crianças e Jovens

Tabela 4: Indicadores educacionais

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,7%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,0
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	3,4
Matrículas no ensino fundamental [2019] ¹⁴	5.336
Matrículas no ensino médio [2019] ¹⁵	1.116
Docentes no ensino fundamental [2018]	346
Docentes no ensino médio [2018]	65
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	58
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	03

Fonte: IBGE. 2018. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/bodoco/panorama>

Apesar da alta taxa de escolarização, segundo o QEdu¹⁶, a proporção de alunos que aprenderam o adequado a competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano de rede pública de ensino é de apenas 27%, ou seja, dos 507 alunos, 140 demonstraram o aprendizado adequado¹⁷. Quando se amplia a observação até o 9º ano na mesma rede pública de ensino, para esta mesma competência, o percentual é ainda mais baixo, atingindo apenas 15% de alunos que demonstram o aprendizado adequado.

Paralelamente, embora a proporção de crianças e adolescentes frequentando a escola seja alta, percebe-se o problema da defasagem idade-série. Em 2018, os percentuais dessa discrepância¹⁸, em Bodocó, eram de aproximadamente 20% para o total dos cinco anos iniciais do ensino fundamental; 34% para o total dos quatro anos finais do ensino fundamental; e 23% para o total dos três anos do ensino médio. Em Pernambuco, esses percentuais eram de 16%, 28% e 25%, respectivamente. Já em nível nacional, eles eram de 11%, 25% e 28%, na devida ordem.

No Brasil, as principais causas da distorção idade-série são a reprovação e o abandono escolar. Com especificidades locais, os municípios seguem esta tendência. A vulnerabilidade social, a pobreza, o trabalho infantil, além de outros fatores podem contribuir diretamente para esta realidade.

Renda, ocupação e vulnerabilidade social

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.8 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o município tinha 53.4% da população nessas condições.

Tabela 5: População e vulnerabilidade social – famílias em situação de pobreza no município

Porte populacional	População estimada (Censo 2017)	Região de Desenvolvimento
Pequeno Porte II	37.816	RD 03 – Sertão do Araripe
Percentual da população no CadÚnico para programas sociais (MDS / Março / 2018)	73%	Percentual da população beneficiária do Programa Bolsa Família (MDS / Março / 2018)
Famílias em situação de extrema pobreza (MDS/ CadÚnico/ Fevereiro /2018)	22710	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (MDS / Março / 2018)
População em situação de extrema pobreza – Urbana (MDS /CadÚnico/ Fevereiro/2018)	9943	População em situação de extrema pobreza – Rural (MDS/CadÚnico/ Fevereiro/2018)
		8178
		22314

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Secretaria Executiva de Assistência Social. 2018

Bodocó tinha, segundo o último censo (2010), um alto índice de pessoas entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade, assim como mulheres sem estudo, chefes de família com filhos, além de um elevado percentual de crianças extremamente pobres. Pelos dados atuais da Secretaria Executiva de Assistência Social do Estado (SEAS), a situação não mudou. São ainda 9.943 pessoas em situação de extrema pobreza, e mais ainda na zona rural. As crianças extremamente pobres estão nestas famílias.

Bodocó – Violência Sexual

Em 2018, foram registrados sete casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no sistema da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco (SDS/PE), no município de Bodocó. O que nos parece ser uma baixa notificação.

Apenas há registros de casos de adolescentes com faixa etária entre 12 e 14 anos. Também observamos ocorrências em via pública, que, provavelmente, estão ligados à crimes de exploração sexual. No meio rural, por sua vez, foi contabilizado 01 (um).

Dos dados obtidos em campo, foi considerado um total de casos a partir de registros dos órgãos locais de atendimento. Ressaltamos que são números encontrados na coleta em cada instituição

consultada e, como há um problema de comunicação entre os órgãos de atendimento - ou seja, não existe um fluxograma de atendimento a estes casos de violência - verificamos o que, possivelmente, estaria repetido.

No caso de Bodocó, os dados fornecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são os mesmos da SDS, então consideramos que tratam-se dos mesmos casos. Procuramos colocar, aqui, os números vindos das instituições que realizam atendimentos direta ou indiretamente. Exemplo disso são as escolas e Organizações Não Governamentais (ONGs), que estão em contato contínuo com as crianças e adolescentes, mas não fazem o atendimento à violência, entretanto são espaços de identificação e encaminhamento. Também não contamos com dados daquilo que foi investigado e virou processo. Como não há um sistema articulado e uma comunicação estabelecida, utilizamos o critério de considerar os casos dos órgãos que mais receberam denúncias.

- » **Em 2018, foram registrados 37 casos – o CREAS registrou 12 casos de abuso sexual e o Conselho Tutelar registrou 15 casos**, ainda a Secretaria de Educação 2 casos, a Secretaria de Saúde 3. 10 casos de exploração sexual foram registrados nos serviços de atendimento.
- » **O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e a Promotoria não possuem dados sistematizados.**

Segundo informações levantadas, nas visitas e trabalhos de campo da equipe do Cendhec, com participantes da devolutiva realizada no município, o grupo ponderou que, há um tempo, se desmitificou a relação da violência sexual com o gesso, devido à mudança de formas de exploração sexual. Parece haver semelhança com algumas formas de exploração praticadas também em outros municípios.

Foi relatado, ainda, que uma grande parte das adolescentes, que estão em situação de exploração sexual, possuem entre 12 e 14 anos, uma informação que coincide com os dados da SDS.

Dados resultantes da aplicação dos questionários nos órgãos e Instituições do Sistema de Garantia de Direito do município

Perfil dos entrevistados

Tabela 6: Dados secundários – pesquisa de campo – Perfil dos Entrevistados

Perfil dos Entrevistados	
TIPO	CMAS, COMDICA, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), CREAS, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Tribunal de Justiça, Promotoria de Justiça e uma Organização da Sociedade Civil (OSC).
REPRESENTANTES	07 gestores e 03 técnicos.
TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Mais de 50% dos entrevistados afirmam que realizam ações preventivas, palestras, oficinas temáticas, campanha e suporte à escola; 1/3 dos órgãos tem atividades de esporte/lazer, arte/cultura; Dois desenvolvem atividades de educação e saúde.
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	Todos os órgãos entrevistados realizam atendimento às crianças e adolescentes. Com exceção da OSC e dos Conselhos, todos disseram fazer o atendimento às famílias. Outros públicos atendidos pelos órgãos são mulheres, idosos, deficientes e comunitários em geral.
ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL	Com exceção da OSC, todos os órgãos entrevistados realizam o atendimento às vítimas de abuso sexual. Cinco deles atendem vítimas de exploração sexual e trabalho infantil e seis atendem usuários de álcool e outras drogas.

Sobre a Violência Sexual e suas características no município

A maioria dos entrevistados considera que a violência sexual que ocorre com mais frequência no município, é o abuso sexual, uma vez que acontece na casa da vítima, de vizinhos ou de parentes. Os principais autores do abuso sexual são o pai ou padrasto, amigos, conhecidos, tios, seguidos de desconhecidos, namorados, irmãos, visitantes e vizinhos.

Em relação à exploração sexual, a maioria dos entrevistados considera que os/as aliciadores/as são os/as responsáveis. Proprietários de bares ou similares também são apontados. Metade dos entrevistados considera que os principais locais onde ocorrem os casos desse tipo de violência sexual são em bares e similares, como, por exemplo, o Bar do Guelão e a Vila Zé de Ouro; além das casas de estranhos, de vizinhos e da vítima, que também são citadas na entrevista.

O principal motivo para crianças e adolescentes estarem sujeitos à exploração sexual é a situação econômica e de sobrevivência, segundo a maioria. Outro motivo apontado para a sujeição à exploração sexual foi o desejo de consumo de produtos.

Ainda de acordo com os entrevistados, o maior número de denúncias vem das escolas, Conselho Tutelar e das famílias. A maioria considera a situação de vulnerabilidade social como a principal problemática interligada ao abuso e à exploração sexual. Álcool e outros tipos de drogas foram citados,

assim como a exploração do trabalho infantil que foi mencionada pelo Conselho Tutelar.

Atuação em Rede

Em Bodocó, todos afirmam que têm atuação em rede. O COMDICA, o CRAS e a OSC participam de reuniões e articulações internas. O COMDICA, o CRAS, o CREAS, a Secretaria de Educação e o Tribunal de Justiça participam de redes e fóruns. Além disso, o CRAS, o CREAS, o Conselho Tutelar, a Secretaria de Saúde e o Tribunal de Justiça desenvolvem ações conjuntas sistemáticas com os outros órgãos.

- Plano Municipal de Enfrentamento: o Conselho Tutelar, o Tribunal de Justiça e a Promotoria de Justiça não sabem informar se o município tem um Plano de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Por outro lado, o COMDICA, o CRAS, o CREAS, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação informaram Bodocó possui o Plano, inclusive informam que participaram do processo de elaboração e estão envolvidos no monitoramento.

Formação

Em 2018, a maior parte dos órgãos passou por algum tipo de capacitação. O CREAS, o Tribunal de Justiça e a Promotoria de Justiça, por sua vez, informaram não ter recebido nenhuma capacitação nos últimos três anos.

Observação em Pontos de Exploração Sexual:

Em Bodocó, nas observações realizadas, não foram constatados casos concretos. Segundo informações do Conselho Tutelar e de profissionais do CREAS e do CRAS, na sede do município houve uma redução desse tipo de ocorrência, por causa de algumas ações da Secretaria de Defesa Social no período de 2017 e 2018.

Entretanto, há relatos de ocorrência da exploração sexual em comunidades e distritos em áreas rurais. Segundo representante do CRAS, o número de bares nessas localidades tem aumentado e, em alguns deles, há suspeita de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Conclusões sobre os achados do trabalho de campo em Bodocó

- » A violência sexual aparece como um dos principais problemas que afeta a vida de crianças e adolescentes que moram em Bodocó. Em todas as informações recolhidas no município, abuso sexual aparece como a violência mais recorrente nas notificações, pelos órgãos que existem no local, uma vez que eles são responsáveis pela proteção deste público;
- » É preciso verificar os números de casos fornecidos pelos órgãos que os receberam. É importante entender a causa do alto índice de subnotificação;
- » A maior parte dos abusos começa dentro de casa e é cometida por pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos, conhecidos. Depois, os casos passam a acontecer em bares e regiões similares, locais em que esta violência sexual é praticada por desconhecidos e reforçada por aliciadores que estão prontos para agir;
- » Como vimos, o município tem mais da metade da sua população vivendo em situação de pobreza, o que já é, em si, um fator que colabora para que as pessoas caiam em relações de exploração - e com elas seus filhos e filhas. A pesquisa no município aponta que uma das principais causas de envolvimento com a exploração sexual é a situação econômica de pobreza e vulnerabilidade social;
- » Esquemas de exploração sexual aparecem em locais de grande trânsito de visitantes e que, muitas vezes, usam mão de obra infantil para se manterem. Ainda foram constatados relatos de ocorrência da exploração sexual em áreas rurais do município. O número de bares, nessas localidades, aumentou e, em alguns deles, há suspeita de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- » Os dados levantados nos questionários aplicados com as equipes dos órgãos do SGD local mostram que a falta de articulação entre eles é um problema para um atendimento mais eficaz. A formação também parece não ser contínua e órgãos importantes na área de defesa e responsabilização não têm capacitação há um bom tempo;
- » Se internamente não há diagnóstico local, fluxograma de atendimento, as ações continuarão fragmentadas e pouco se poderá fazer para encontrar caminhos estratégicos para minimizar ou solucionar o problema.

**O que dizem crianças,
adolescentes e famílias
- resultado das escutas
nos municípios**

Considerações gerais sobre a escuta com crianças

No trabalho de campo, foram ouvidas 64 crianças entre 05 e 15 anos. Dessas, 40 são meninas e 24 são meninos, a partir da realização de seis oficinas em territórios de quatro municípios.

O discurso, as ideias e as percepções das crianças só confirmam os altos índices de violência, incluindo aquelas de cunho sexual, na região do polo gesseiro. Esta problemática que, em um passado próximo, era mais frequente nas zonas urbanas, nas grandes cidades da região metropolitana, atualmente, se agrava no Sertão do estado, em cidades que ainda possuem características interioranas.

Constata-se também que foram implantados serviços públicos que prestam atendimento às crianças e adolescentes vitimizados ou em situação de vulnerabilidade social, mas os números indicados, nas fontes consultadas, que dão conta da cobertura de serviços de proteção social e as narrativas das crianças mostram que esses serviços não têm sido suficientes para a prevenção da violência e garantia de direitos para toda população infanto-juvenil local.

A escuta realizada, com um número mesmo que reduzido - mas representativo - de crianças nos municípios, demonstra que elas carecem de espaços de fala e expressão e quando, esporadicamente, isso

acontece, as suas percepções não são contempladas. É fundamental para a definição de políticas e ações de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças em geral, considerar a fala das crianças que são afetadas pela violência, em especial o abuso e exploração sexual. Elas podem contribuir e muito com as soluções para o problema e inclusive tornar-se agentes de prevenção em suas comunidades.

Sabe-se que para fazer isto a própria formação dos profissionais que lidam com serviços oferecidos às crianças, suas famílias e comunidade, precisa partir desse princípio. A formação dos profissionais das áreas de educação, serviço social, saúde, lazer, cultura, justiça e segurança pública precisam contemplar a necessidade e importância dessa escuta. Definitivamente, a participação das crianças precisa ser considerada e, para tanto, é preciso ter adultos preparados para lidar e trabalhar com elas.

Os serviços e os profissionais que atendem crianças precisam obter conhecimentos teóricos e metodológicos que os capacitem a oferecer, além de atividades previstas, o espaço para a reflexão e informação que contribui para que essa população desenvolva capacidade de autoproteção.

Observando esforço de profissionais e gestores dos serviços públicos nos municípios pesquisados constata-se que vários desses serviços são novos e necessitam de fortalecimento e legitimidade ante a atual situação do país, de corte de recursos. Muitos contaram com verbas oriundas da União e do Estado. É preciso, inclusive, discutir a fundamental continuidade desses serviços.

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros com as crianças)¹⁹

Foram realizadas oficinas que envolveram o discurso oral, a leitura, a escrita, a colagem, dramatização e o desenho. Também se fez o registro das atividades em fotografias e gravações de áudios para transcrições.

Atividades

- » Roda de diálogo;
- » Silhueta do corpo humano;
- » Tarjetas com títulos e conceitos;
- » Dramatização;
- » Texto coletivo;
- » Produção individual de texto e desenho;
- » Produção coletiva de cartazes.

Em Bodocó, foi realizada uma oficina com sete crianças, entre 7 e 12 anos de idade, sendo quatro meninas e três meninos.

Os temas abordados nas formações foram:

- » Abuso e exploração sexual;
- » Violência física;
- » Alcoolismo e drogas ilícitas;
- » Estupro.

Anotações da equipe de campo:

A conversa inicial sobre violência facilitou a escuta sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pois ao responder à questão “o que é violência?” alguns participantes já citaram atitudes e ações que se enquadram no tema. A leitura das tarjetas funcionou como fonte de informação e entendimento de que estavam autorizados a falar o que pensam e sabem sobre o tema.

Também, neste grupo, apareceu a preocupação e o desejo de que a escuta não ficasse restrita naquele espaço e naquele momento. Algumas crianças manifestaram o desejo de fazer cartazes para colocar em lugares públicos. Comunicaram assim, que é necessário divulgar ao máximo esse tipo de informação, para combater e prevenir tais crimes. Com isso, demonstram que sabem que o problema atinge um grande número de crianças e adolescentes no município e que os serviços de proteção não são suficientes para prevenir e atender todas as crianças vitimizadas.

19. Fonte: Relatórios de campo das escutas produzidos pela equipe do Cendhec.

Os desenhos das crianças, nesta oficina, colocaram diante das facilitadoras a realidade brutal que muitas são submetidas. O estupro é uma prática conhecida das crianças - mesmo aquelas que são mais novas e que ainda não dominam a escrita. As falas trazem o sentimento de quem conhece crianças que viveram o problema, mas também o medo de serem - elas próprias - as próximas vítimas. Assim, vão se confirmando os dados já apontados por outros estudos e pelas escutas em outros municípios da região.

Em especial, nesta oficina, as facilitadoras perceberam que as crianças ao falar do estupro evidenciam que tal crime acontece em proporções equivalentes entre os dois gêneros, revelando que os casos de estupro nessa realidade não acontecem só tendo como vítimas crianças e adolescentes do sexo feminino.

Notou-se que o nível de conhecimento, externado por elas, revela que são crianças acostumadas a debater temas sociais que implicam diretamente em suas próprias vidas, sendo possível dizer que são estimuladas ao exercício da reflexão crítica e da participação social em programas e projetos voltados para a política de proteção.

As falas e desenvoltura durante as oficinas indicam o trabalho educativo realizado no município. Entende-se essas ações como positivas por possibilitar, às crianças e adolescentes, um conhecimento que favorece o fortalecimento da autoproteção.

Segundo informações de um funcionário da SDS-PE, Bodocó, dentre os municípios do polo gesseiro, é o que apresenta menores índices de registro de violência doméstica e sexual.

É importante ter um diagnóstico real do que acontece no município, os dados mostram uma grande subnotificação, o que significa que muitos casos podem estar acontecendo sem ser registrados. As crianças também mostram uma realidade de vulnerabilidade e de violação de direitos no município diferente dos dados oficiais.

Entendimento das crianças sobre Violência Sexual

Anotações da equipe de campo:

Nessa oficina algumas crianças não escreviam, desenhavam e falavam sobre os desenhos. A.V. foi um dos participantes com mais dificuldades para se expressar. Mostrou-se resistente a falar, por vezes repetiu que não queria, demonstrou desejar se manter presente na sala apenas ouvindo e observando. Precisou de muito estímulo para decidir a desenhar e quase não escreveu. No entanto, o desenho feito é rico em informações e de uma profundidade singular. Ele descreveu o desenho:

“É um homem e uma criança.
O homem vai fazer alguma coisa
com o menino.”

“Estou desenhando eles marcando um encontro, ela tem 12 anos e ele 28. Eles foram pro encontro e ele chegou aqui e disse para ela entrar no carro e ela falou que não e ele coloca o carro atrás dela, e ele parou o carro e conversou com ela, e falou desse jeito se ela não namorasse com ele matava ela. Ela ficou com medo e disse que sim, aí ele disse tá bom, ficaram namorando, ele pediu para ela entrar dentro do carro dele e ela entrou. Ele levou ela para longe e estuprou ela. Ela apareceu morta, a família ficou desesperada. Acabou.” M, 11 anos.

“O homem chama o menino, para dar presente as pessoas, o homem do carro está dando presente para as meninas! “O desenho é um homem chamando a menina para passear, o carro do homem cheio de presente, o homem dando presente a menina, um homem chamando um menino e ensinando a matar pessoas.”.

Anotações da equipe de campo:

Ao explicar seu desenho, L. traz uma prática que é comum aos abusadores de crianças. Em geral, oferecem algo atrativo para elas, assim fazem a aproximação. As crianças, quase sempre, são enganadas.

O desenho mostra uma criança dominada, pedindo socorro, e um homem adulto dominando e exigindo que a criança cale a boca. Nos balões, a figura que representa a criança diz: “socorro”, e tem o número 12, indicando a idade. O adulto, representado na figura, diz: “cale a boca”, e tem o número 38, indicando a idade. Focando com um olhar mais cuidadoso para o desenho podemos perceber que

a criança está nua, suas roupas estão no chão e o órgão genital dela está exposto. O semblante é de dor com uma representação tênue de lágrima e a boca arqueada para baixo simbolizando tristeza.

A partir da fala de L. B., outras crianças se envolveram em um debate e também fizeram outros cartazes como X, de 10 anos, que elaborou um cartaz sobre “estupro”.

Devolutiva do diagnóstico para validação com as crianças

Na devolutiva e validação dos dados com as crianças do município, estavam presentes crianças e adolescentes que haviam participado das oficinas. A facilitação foi feita com atrizes-palhaças, que realizaram jogos e provocaram as crianças a falarem do tema.

Dentre o que as crianças expressaram, disseram que na cidade as coisas boas são:

- » “Tomar banho no SESC”;
- » “Rolê na praça”;
- » “Pedra do Claranão”;
- » “Brincar de bola”;
- » “Ir ao parque”;
- » “Brincar”;
- » “Festas juninas”;
- » “Pedalada”;
- » “Dançar quadrilhas”;

- » “Dormir”;
- » “Passeio com amigos”;
- » “Tem nada de bom”;

O que não é bom:

- » “A cidade é perigosa à noite”;
- » “Tem bandido”;
- » “Biblioteca pública acabou”;
- » “Falta acessibilidade”;
- » “Aqui não tem tanto gesso”;
- » “Alto índice de suicídio” (teve um mês em que aconteceram cinco casos), por causa do excesso de internet e por causa do bullying.

Devido essas informações, as facilitadoras perguntaram se as crianças e adolescentes têm sonhos. As respostas delas foram:

- » “Quero ser MotoCross”;
- » “Advogada”;
- » “Jogador”;
- » “Goleiro”;
- » “Policial”;
- » “Ter um grupo de teatro em Bodocó”;
- » “Circense”;
- » “Pediatra ou assistente social”;
- » “Médica ou psicóloga”;
- » “Professora”;
- » “Professora de matemática”;
- » “Artista”;

Considerações gerais sobre as escutas com adolescentes²⁰

As escutas foram realizadas entre 07 e 18 de janeiro de 2019, nos municípios de Araripina, Bodocó, Trindade, Ouricuri e Ipubi, nos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e Secretarias de Educação dos municípios. O número total de participantes (adolescentes) foi de 44, sendo 17 do sexo masculino e 27 do sexo feminino.

Durante as atividades de escuta de adolescentes, foi possível inferir que, de um modo geral, as/os adolescentes demonstraram saber a que se referiam os conceitos de violência em suas diversas manifestações, incluindo violência sexual (abuso e exploração sexual), tema norteador do projeto. É importante dizer que a maioria estava ligada a algum tipo de projeto ou grupo vinculado a instituições ou órgãos governamentais trabalhando com a temática.

No município de Bodocó, as/os adolescentes fizeram referência à “perda da infância” como uma das consequências da violência sexual contra crianças, além de mencionarem a existência de muitos casos de gravidez na adolescência. Foi nesse mesmo grupo que surgiu a palavra “feminicídio”, listada entre os tipos de violência conhecidos pelas/os adolescentes.

Entre as sugestões para dar enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, o grupo mencionou, entre outras questões, que seria importante ter mais Conselhos Tutelares; implementar chips nas crianças e adolescentes a fim de tornar a localização das mesmas conhecidas facilmente; as crianças não ficarem caladas quando sofrerem algum abuso; compartilhar com profissionais os casos de violência; ter mais conversas, palestras e segurança; acreditar sempre no que a criança/adolescente contar sobre o tema; criar uma máquina para identificar o estuprador e entrar em todas as casas e prender o homem agressor. Os/as adolescentes que compuseram esse grupo apresentaram um conteúdo mais extenso, possivelmente em virtude de terem uma vivência mais sistemática de atividades no serviço de convivência do município.

Destaque-se, ao longo das escutas com adolescentes, a frequência com que apareceram os termos e situações relatadas sobre tentativas de suicídio, automutilação, depressão em decorrência do abuso sexual, sequestro, estupro e gravidez na adolescência. Outro aspecto que merece atenção é a quantidade expressiva de adolescentes do sexo feminino nos grupos, sendo elas, inclusive, as que mais se colocaram ao longo das escutas. É importante ressaltar também as reiteradas menções ao famoso e antigo “carro preto”, que, na roupagem atual, parece ter sido reajustado para os casos em que sequestram crianças e adolescentes não mais para retirar seus órgãos, mas para violentá-las sexualmente.

20. Fonte: relatório sobre as escutas de adolescentes e famílias. Equipe do Cendhec.

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação do/as adolescentes)

A metodologia foi fundamentada na proposição de atividades participativas, e dialogadas, a fim de atender aos objetivos basilares da escuta. Cada encontro contou com um planejamento construído a partir de três etapas norteadoras: introdução (apresentação da facilitadora, da instituição e do projeto); convite às falas do/as adolescentes (atividades²¹ de incentivo à expressão do/as adolescentes quanto à leitura e percepção de seus territórios, comunidades e municípios); e avaliação da atividade pelo/as adolescentes (roda de diálogo).

A participação, engajamento e interesse do/as adolescentes nas atividades de escuta foram muito bons. Foi perceptível o desejo de falar, de se colocar, de questionar e de terem representatividade.

Não restaram dúvidas de que os/as adolescentes têm uma visão crítica da realidade em que estão inseridos/as e que reconhecem os próprios direitos, sobretudo pontuando os que lhes têm sido negados e a repercussão disso em suas vidas e comunidades.

A robustez do material produzido pelo/as adolescentes é uma das maiores constatações disso. As falas e materiais escritos traduziram bem suas inquietações, reclamações, insatisfações, sonhos,

desejos e alegrias. Mostraram também o reflexo do acesso precário a uma educação formal de qualidade, representado, sobretudo, no material escrito, mas que em nada comprometeu o acesso ao que pensam e como refletem sobre a realidade.

Ao final dos encontros, a maioria quase que absoluta dos/das adolescentes avaliou muito bem a proposta das escutas e mencionou o quanto sente falta de serem ouvidos pelos adultos. Muitos pediram para ter outros momentos como esse, assim como que se alargasse o tempo das facilitadoras e a estadia pelos locais das escutas²².

Violência sexual na perspectiva dos/das adolescentes

Adolescentes participantes de projetos com o CRAS foram provocados/as pelas facilitadoras para expressarem o que percebiam sobre a violência sexual em suas comunidades e no município e o que fazer para resolver a questão.

“Ouvi dizer que em Bodocó assediaram umas pessoas e que estupraram mais de 1000 pessoas, que pessoas tinham gravidez prematura. ”

21. As atividades utilizadas nas escutas podem ser encontradas no livro: SERRÃO, Margarida; BALEIRO, Maria Clarice. Aprendendo a Ser e a Conviver. Editora FTD, 1999.

22. Fonte: Relatórios de campo sobre as escutas produzidos pela equipe do Cendhec.

“Ouvi dizer que em Bodocó aconteceu um abuso sexual onde adolescentes ficam grávidas nova. Que ainda acontece violências como: Na exploração da criança, acontece de crianças sofrerem violências verbais bullying em escolas, ruas e etc.

Acontece de crianças e adolescentes sofrerem de assédio por familiares, desconhecidos ou parentes tanto pessoalmente quanto virtual.

Aconteceu de adolescentes serem ameaçadas ah não contar que o adulto a chamou para o sexo. ”

“Ouvi dizer que em Bodocó ocorre casos de abuso sexual de crianças e adolescentes.

Ocorre casos de agressão física em menores de idade.

Ocorre vários tipos de violência.

Ocorre muito bullying entre crianças e adolescentes.

Ocorre a prostituição de crianças e adolescentes.

Ocorre a troca de fotos íntimas entre menores de idade e adultos.

Ocorre machismo onde o homem quer ser maior e assim bate na parceira.

Ocorre feminicídio. ”

“Ouvi dizer que em Bodocó aconteceu um estupro aonde a menina engravidou com um menino maior de idade. Ela tinha 12 anos o menino 18 anos. Ela teve gêmeos. Para não acontecer isso de meninas novas engravidar se prevenir.

Crianças e adolescentes tem que dizer a alguma pessoa do convívio como uma mãe, avó etc.”

“Ouvi dizer que em Bodocó aconteceu um estupro com uma amiga minha e ela não dizia a ninguém que foi estuprada pelo tio que era também o padrinho dela e a família dela nem percebeu que estava acontecendo isso com ela e quem percebeu foi a tia porque ela tava muito quieta sem falar com ninguém e ela decidiu falar para tia dela enquanto ela disse a mãe dela não acreditou que aconteceu isso com a filha e o pai dela queria matar ela por isso ela saiu da casa dela para casa da cunhada dela e ela passou muito tempo lá e ela não podia ficar saindo de casa porque o homem que estuprou ela mandou um homem atrás dela e a mãe queria dar a filha dela para outra família agora a filha dela é uma galeguinha linda com os olhos azuis.”

“Ouvir dizer que em Bodocó uma menina foi estuprada pelo seu próprio tio depois que menstruou e ela não disse a ninguém.

Foi a sua tia que percebeu porque ela estava muito gorda e a sua tia perguntou e ela disse que era verdade. Ela foi dizer a sua mãe, mas a mãe não acreditou. Depois que sua mãe viu que era verdade mesmo ela ficou em choque e sua filha também porque sua mãe não acreditou.

O seu pai descobriu e ele queria matar ela com um picarete. E a filha da tia que considera como sua irmã, mas ela não quis mais falar com ela e o cara fugiu e mandou o cara seguir. Com isso tudo ela ficou com depressão e a mãe dela arrumou um psiquiatra para cuidar dela. Ela tentou se matar, mas aí tudo ficou bem E a menina nasceu linda. ”

Opiniões dos adolescentes sobre as soluções para a violência sexual

Como resolver a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes?

- » Criar, principalmente em cidades ou estados pobres, mais conselhos tutelares.
- » Implementações de chips em adolescentes e crianças para saber a localização em que se encontram.
- » Denunciar, falar o que passou para uma pessoa de confiança para o caso ser resolvido.
- » O importante é não ficar calada.
- » É necessário que os adolescentes tenham cuidado com quem anda
- » Tenham cuidado com quem fala e ter principalmente cuidado em quem confiam.
- » É necessário que as vítimas que sofrem com isto denunciem porque isto é sério.
- » É preciso que as pessoas que sofrem disso compartilhem com alguém tipo: Assistente social, Conselho Tutelar e etc.
- » Ter mais conversas palestras com jovens, crianças como também adultos.
- » Aumentar o policiamento.
- » Ensinar as pessoas que devem acreditar quando alguma adolescente ou criança fala que sofreu qualquer forma de violência.
- » Os pais conversarem com seus filhos sobre assuntos desse gênero.
- » Denunciar. Pessoas como crianças tem que dizer a uma pessoa ou então procurar o Cras, Creas, Conselho Tutelar.
- » Não precisa ficar com medo.
- » É necessário se for abuso e estupro ou bullying deve ter uma psicóloga nas escolas ou então conversar com os pais. Se for agressão tem que denunciar.
- » É necessário que é preciso que fale para uma assistente social, um conselho tutelar e etc. A uma pessoa que ela confia.
- » Criar uma máquina quem é o abusador ou o estuprador e visitar todas as casas de todos os homens e quem a máquina avisa o homem vai preso.

Escutas com famílias

Considerações gerais sobre as escutas com famílias

As famílias apresentaram um bom conhecimento sobre violência em termos gerais, bem como os conceitos de violência sexual, fazendo a distinção entre abuso sexual e exploração sexual dentro do seu repertório de conhecimento e experiência. As participantes (em sua grande maioria, os grupos foram compostos por mulheres) apontaram dois aspectos fundamentais na compreensão e possibilidades de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: que a maioria dos agressores são familiares próximos das vítimas (pais, tios, avôs) e que o fenômeno da violência sexual sustenta-se muito na naturalização da violência e culpabilização das vítimas.

Chamaram a atenção para os casos de violência sexual que acontecem virtualmente por meio do acesso às redes sociais. Elencaram a situação financeira precária como um dos motivos da exploração sexual, uma vez que, em muitas dessas ocasiões, contam com o incentivo, a conivência e a facilitação dos pais/responsáveis, como forma de obter algo que supra, minimamente, as necessidades das famílias. Outro ponto colocado é a falta de informação e o fato da criança ser mais vulnerável, fatores que colaboram para a ocorrência da violência sexual.

Quando questionadas sobre como o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes

poderia ser solucionado ou minimizado, as famílias elencaram as seguintes sugestões: mais acesso à justiça; que pais e responsáveis deveriam ficar mais atentos aos filhos; identificaram o Conselho Tutelar como um equipamento importante para denúncia dos casos de violência; afirmaram a importância de conscientizar os adultos sobre o tema; apontaram a necessidade de creches (para ter pessoas de confiança com quem deixar os filhos); ter cuidado com as redes sociais; contar com oportunidades de emprego; orientar e informar as crianças e adolescentes, bem como impor mais limites às mesmas.

Desenvolvimento das atividades de escuta (metodologia, considerações sobre os encontros e avaliação das famílias)²³

Tal como as escutas com adolescentes, os encontros com as famílias foram construídos com o objetivo de fomentar a participação e o protagonismo das participantes. O planejamento das atividades tomou como norte um roteiro composto por apresentação, chuva de ideias sobre o tema, apresentação dos conceitos a partir da fala e da experiência das famílias e avaliação do encontro.

De um modo geral, as famílias avaliaram bem os encontros, destacando a aquisição do aprendizado sobre o tema. Colocaram o desejo de que a equipe retornasse outras vezes para discutir mais sobre o tema e que a duração dos encontros fosse maior. Outro aspecto pontuado nas avaliações foi

23. Fonte: Relatórios de campo sobre as escutas produzidos pela equipe do Cendhec.

a importância dos encontros contarem com uma participação maior de famílias, visto que muitas não puderam comparecer por motivos diversos. Os profissionais dos espaços, em que foram realizadas as escutas, afirmaram que a adesão das famílias às atividades em grupo costuma ser um desafio.

Violência sexual na perspectiva das famílias:

O que entendem (pensam, lembram, escutam) por violência sexual

- » Matar, xingar;
- » Estuprar, bater;
- » Agressão, agredir;
- » Doméstica, verbal;
- » Bullying, guerra;
- » Racismo, espancamento.

Sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

- » Tocar, acariciar crianças;
- » Forçar a fazer o que não quer;
- » Dar dinheiro, ameaçar; estupro;
- » Sociedade, julgamento (sobre a culpabilização das vítimas);
- » Pais, parentes das crianças (como maiores agressores);
- » Coletivo (sobre estupros coletivos);
- » Sequestro, levar para o hotel;
- » Traumatizada (colocado pelo grupo como uma consequência da violência);

- » Abuso, molestar a criança;
- » Celular (filme pornô);
- » Medo, choro.

Quais tipos de violência sexual acontecem no município

- » Tem velhos que oferecem dinheiro em troca de relação com crianças e adolescentes (relação sexual);
- » Estupro (entre irmãos e familiares);
- » Ficava com crianças na casa, pedófilo;
- » Pai que estuprou filho.

Sugestões para resolver a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes:

- » Levar os casos para a justiça;
- » Ficar mais atento às crianças;
- » Comunicar ao Conselho Tutelar e aos responsáveis pelas escolas;
- » Acompanhar as crianças na escola (no percurso de ida e volta);
- » Conscientizar os adultos;
- » Não deixar adolescentes soltos na praça (menção do grupo aos adolescentes que ficam até tarde na praça. Segundo as participantes os adolescentes levam suas próprias bebidas alcoólicas, mas também já viram adultos nos bares dos arredores fornecendo bebida alcoólica aos adolescentes).
- » Ter mais cuidado com as crianças.

Conclusões

Em todas as informações recolhidas nos municípios, o abuso sexual aparece como a principal violência notificada pelos órgãos existentes, que são responsáveis pela proteção deste público. A exploração sexual aparece citada em todas as falas, mas está claramente subnotificada.

Nesta região, índices relacionados à exploração sexual comercial e à exploração laboral de crianças sempre foram altos. Apesar da subnotificação, diversas referências de pesquisas mostram por meio dos resultados de trabalho de campo, que principalmente crianças e adolescentes são inseridos em um ciclo quase que permanente de reprodução da violência. Diversos fatores contribuem para que esta situação se perpetue.

Há uma percepção, compartilhada por gestores, técnicos e diferentes profissionais do SGD sobre a existência da violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios, assim como a obrigação de enfrentá-la. Sabe-se, inclusive, onde a violência acontece, quem são os principais autores e os encaminhamentos que são feitos para atendimento do que chega ao sistema. Há ações em curso, mas funcionando de maneira não articulada.

As pessoas, em geral, parecem ter a percepção de que o caminho para enfrentar a violência sexual passaria por geração de emprego e renda para

jovens e famílias, acesso aos equipamentos sociais de educação, saúde e proteção. Uma articulação da sociedade civil, em um trabalho consistente de advocacy, por maiores recursos para políticas sociais básicas seria parte do caminho andado em busca de solução. Além disso, o apoio do governo em ações estratégicas de combate e responsabilização também seria outra parte das soluções, mas há fragilidades dos dois lados e falta articulação estratégica, inclusive intermunicipal.

As indústrias e o setor de serviços poderiam colaborar mais efetivamente para o verdadeiro desenvolvimento local - parece haver pouco ou quase nenhum investimento para as atividades que possam gerar renda e trazer perspectiva, principalmente para jovens e mulheres de forma que, numa atuação integral, se consiga mudar os baixos índices de desenvolvimento humano que marcam a região do Araripe. Por mais que exista desarticulação no contexto local, o fato de existirem instituições que compõem o SGD local, tais como Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), CREAS, CRAS e outras ligadas ao sistema de justiça (promotoria, vara, etc.), além de conselhos tutelares, denota um grau de institucionalidade que ajuda no combate à problemática e só precisa de reordenamento.

O que parece comprometer a qualidade do enfrentamento da violência é a ausência de discussão crítica, informada com base em dados concretos sobre a questão. Há baixo investimento em capacitação na área de enfrentamento aos crimes

desta ordem, falta de pesquisas e diagnósticos locais, assim como uma agenda articulada de discussão e formação do SGD. A maioria dos entrevistados parece se utilizar do senso comum para discutir sobre este tema, trazendo, para o discurso, posicionamentos morais e pessoais. Não existe uma política municipal de capacitação permanente dos profissionais para melhorar o atendimento ou até mesmo o diagnóstico, quando crianças e adolescentes sofrem abuso e/ou exploração sexual, sendo este o principal problema a ser enfrentado para que alcancem melhores resultados nos programas realizados.

Os processos de formação, quando existentes, precisam ser fortalecidos e pensados estrategicamente. O que vimos foi uma série de iniciativas que, em determinados momentos, chegam para os profissionais da rede de atendimento, mas, em outros, são interrompidas. Um ciclo de formação, baseado em temas de interesse para o crescimento profissional e no que necessita ser entendido da realidade local precisa ser desenhado pensando em todos os municípios. O vínculo com o global precisa ser feito com o conteúdo local para entender a violência como fenômeno internacional e também como um problema de saúde pública. É necessário para visibilizar o que está acontecendo nesta região. Além disso, é fundamental incorporar, na formação dos agentes locais e ações de enfrentamento, outras formas de violação de direitos que comumente não são percebidas enquanto tal, como a LGBTfobia,

o feminicídio e o preconceito contra meninas em situação de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), por exemplo.

A criação de protocolos e fluxos que facilitem e reforcem o sistema de referência podem apoiar a eficácia e a efetividade dos serviços; a divisão de responsabilidades e atribuições de papéis, de modo a não haver superposição e/ou desvios de funções também é um esforço de planejamento que vale a pena. É urgente a criação de um sistema de vigilância e notificação, compartilhado, informatizado e de fácil acesso aos envolvidos no atendimento à violência.

É fundamental o fortalecimento dos CMDCA e dos Conselhos Tutelares locais. Muitos órgãos entrevistados nos municípios sequer sabem se existe ou não um Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e, quando sabem, o plano sequer está sendo monitorado ou mesmo cumprido.

Por fim, é imprescindível que o desenho de ações para futuros projetos de enfrentamento à violência sexual contemple aspectos específicos dos municípios – em alguns, diagnóstico, mapeamento, linha de base; em outros, maior investimento em formação básica; em outros ainda, aprofundamento de questões em que já existe a formação; em outros, trabalhos de advocacy junto com movimentos sociais locais. Tudo isso pode vir de um segundo passo, que é aprofundar a investigação do que está sendo feito ou no que precisa ser criado por cada município, tanto pelo governo como pelas iniciativas da sociedade civil.

Recomendações para Bodocó

Diagnóstico

- » É urgente realizar um mapeamento aprofundado a partir da realidade do município, com os dados já existentes, identificando casos, áreas geográficas que oferecem mais riscos e perfil dos agressores, a fim de alimentar o planejamento de ações estratégicas, inclusive com a construção de linha de base e os indicadores para o monitoramento;
- » É importante investigar porque o registro da violência no município é tão baixo.

Plano municipal e ações estratégicas de combate à violência

- » O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes deve ser o grande pilar de planejamento de ações estratégicas, no qual governo e sociedade civil caminham juntos, investindo em serviços, atividades, campanhas, ações de repressão, educação e sensibilização;
- » A maioria dos órgãos entrevistados participou da elaboração e participa do monitoramento do Plano, mas, alguns outros, inclusive o Conselho Tutelar, não sabe da existência do plano. É importante saber o motivo, pois isso pode ser

indicadores de pouca visibilidade, falta de comunicação entre os setores do SGD, pouco entendimento da função de um plano municipal de enfrentamento, falta de interesse, entre outras razões;

- » O plano deve existir ou ser fortalecido e avaliado, sistematicamente, além de ser monitorado por um grupo multissetorial, de preferência a partir de um conselho municipal instituído.

Reordenamento institucional

- » Por mais que tenha desarticulação no contexto local, o fato de existirem instituições que compõem o SGD local, tais como, CMDCA, CREAS, CRAS, e algumas outras ligadas ao Sistema de Justiça (Promotoria, Vara, entre outros), além de Conselhos Tutelares, denota um grau de institucionalidade que ajuda muito no combate à problemática;
- » Mas é necessário um reordenamento das instituições no sentido de uma compreensão do seu papel no sistema de garantias, adequação a um planejamento estratégico para otimizar os recursos humanos e materiais e investir em formação continuada voltada para a problemática local.

Formação

- » Em 2017, a OSC, o COMDICA, o CRAS, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde receberam formação. Já, em 2018, a maior parte dos órgãos passou por algum tipo de capacitação. O

CREAS, o Tribunal de Justiça e a Promotoria de Justiça informaram não ter recebido nenhuma capacitação nos últimos três anos. Os processos de formação, quando existentes, não são sistemáticos e são setoriais. O que o diagnóstico mostra é uma série de iniciativas que chegam para os profissionais da rede de atendimento, mas são interrompidas e áreas fundamentais, tais como defesa e responsabilização, não se reciclaram;

- » Um ciclo de formação precisa ser desenhado, baseado em temas de interesse para o crescimento profissional individual e coletivo, no que necessita ser entendido da realidade local com vínculo global – a fim de entender a violência como fenômeno internacional e problema de saúde pública. Temas específicos direcionados para a prevenção, atenção e responsabilização precisam ser, sistematicamente, aprofundados com os profissionais ligados ao SGD.

Advocacy

- » Uma articulação da sociedade civil, em um trabalho consistente de advocacy (influenciamento político), por maiores recursos para políticas sociais básicas é parte do caminho andado em busca de solução. Mesmo com uma sociedade civil organizada, resumida a poucas organizações sociais, é preciso incentivar ações que sejam impulsionadas a partir delas e que acabem por envolver a comunidade local. Além disso, os conselhos locais podem ser provocados também;

- » As empresas também precisam ser provocadas para dar apoio e investir em reparar os danos causados ao meio ambiente e à população local;
- » Instâncias internacionais de Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas (ONU) e Observatórios Internacionais precisam ser acionados para que o advocacy seja reforçado e o polo gesseiro torne-se um caso de violação de direitos humanos contra crianças, adolescentes e suas famílias.

Fortalecimento e apoio às crianças e aos adolescentes

- » É imprescindível que mais serviços de apoio direto sejam criados e fortalecidos – a Rede de Proteção só funciona se atender, com eficiência, ao seu principal público: crianças e adolescentes. É fundamental que existam projetos de incentivo à participação deles na busca de soluções e que consigam se fortalecer para fazer denúncias;
- » É muito importante que sejam desenhadas ações “amigáveis”. Os jovens precisam compreender, em linguagem acessível, o problema e o que pode ser feito para minimizá-lo. Eles também podem ser agentes para trabalhar com outros jovens e precisam de incentivo, materiais disponíveis e adultos com capacidade para trabalhar com os mesmos;
- » É fundamental o aprofundamento nos temas ligados aos direitos de crianças e adolescentes, principalmente os que dizem respeito à sexualidade, diversidade sexual, novas formas

de violência, tecnologia e participação. Os profissionais precisam se atualizar, se reciclar e se capacitar para trabalhar com metodologias participativas e que valorizem a expressão e interesse de crianças e adolescentes;

- » Os jovens deixam claro que é preciso se informar e incorporar “novas” concepções e modalidades da violência que os afeta (como por exemplo, a automutilação, o suicídio), entendidas também como desdobramentos da violência sexual.

Trabalho com famílias

- » É muito importante enfrentar o problema da naturalização da exploração e abuso sexual que vem da cultura local e da falta de conhecimento sobre os marcos normativos sobre crianças e adolescentes. Mais iniciativas que envolvam a população, tais como visibilidade para a realidade da violência no município, campanhas e ações envolvendo as famílias (inclusive de bom trato e atenção às crianças) devem ser empreendidas.

Questões complementares ao diagnóstico

- » Verificar a situação do Tribunal de Justiça, do Creas e da Promotoria de Justiça, que informaram não ter recebido nenhuma capacitação nos últimos três anos. Durante a devolutiva, uma característica do grupo participante do SGD foi a de ser o que menos se posicionou e contribuiu para a validação dos dados;
- » Verificar o motivo pelo qual a notificação na SDS é tão baixa;
- » No momento da devolutiva no município, o grupo mencionou que está desarticulado.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos. **Crianças e Adolescentes: Balanço do disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas.** Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2019/junho/criancas-e-adolescentes-balanco-do-disque-100-aponta-mais-de-76-mil-vitimas>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

CHILDHOOD; BRASIL, Polícia Rodoviária Federal. **MAPEAR 2017/2018:** Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. São Paulo: CHILDHOOD; Brasília: PRF, 2018. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Mapear-Cartilha.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia:** o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.** Recife: CEPE, 2006. v. 1
PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. História das Comarcas Pernambucanas. 2ª Ed. Recife, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf > Acesso em: 20 de jun. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Notas Técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf > Acesso em: 20 de jun. de 2020.

IDEARIO CONSULTORIA; THE LUCY FAITHFULL FOUNDATION. **Violência Sexual contra Crianças e adolescentes em Recife e Pernambuco:** Relatório 2020. Recife: Ideario Consultoria. <<https://ecsa.lucyfaithfull.org/sites/default/files/VSCCA%20Recife%20e%20Pernambuco%20Relatorio%20Final.pdf>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2019.** Rio de Janeiro: INEP, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>> Acesso em: ???

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018.** Rio de Janeiro: Ipea; IBGE, 2018. 97p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **SINAN – Sistema de Notificações de Agravos e Notificação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinanet/cnv/violebr.def>> Acesso em: 2 ago. 2020.

OPAS – Organização Panamericana de Saúde. **Folha Informativa: Violência contra as mulheres.** Brasília: OPAS Brasil, 2017. <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820> Acesso em: 20 de jun. de 2020

PERNAMBUCO, Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Economia Regional: Sertão do Araripe.** Recife: SDEC, 2019. <<http://www.sdec.pe.gov.br/blog/24-mapa-do-site/163-sertao-do-araripe>> Acesso em: 20 de jun. de 2020.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano: Bodocó.** Brasília: PNUD Brasil, 2019. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bodoco_pe> Acesso em: 2 ago. 2020.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL (Pernambuco). **Relatório de vítimas contra a dignidade sexual de 0 a 17 anos.** Recife: SDS, 2018. Sistema INFOPOL. Base de dados criminais do estado de PE. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/secretarias/secretaria-de-defesa-social/>> Acesso em: 2 ago. 2020.

SIMPÓSIO POLO GESSEIRO DO ARARIPE - POTENCIALIDADES, PROBLEMAS E SOLUÇÕES., 2014, Recife. **Relatório[...].** Recife: APCA; SINDUGESSO; SBPC-PE; IPA; ITEP, 2014. 22 p. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/1-Relat%C3%B3rio%20apresenta%C3%A7%C3%B5es.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica 2019.** São Paulo: Editora Moderna, 2019. 180 p. v. 8. Disponível em: < https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/_posts/302.pdf > Acesso em:

Realização



Apoio



Parceria

